

Um alívio para a dívida

10 JUL 1987

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, sr. Eduardo Rocha Azevedo, entregou, ao presidente da República, estudo sobre a conversão de parte da dívida externa em capital de risco. Esse estudo tem, acima de tudo, o mérito da simplicidade. Por ele, não há necessidade de fazer legislações específicas, geralmente complexas, e se afastam os pretensos riscos de desnacionalização. Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de privatizar empresas estatais. Outro mérito da proposta é que ela abre a economia brasileira ao Exterior. Lembra o sr. Rocha Azevedo que o Brasil tem, hoje, uma das economias mais fechadas do mundo, em grotesca contradição com o seu enorme endividamento e com a premente e vital necessidade de captação de recursos externos.

Vivemos, até agora, em um processo artificial de criar — e até inventar... — projetos, muitos dos quais com o objetivo precípua de obter dólares para livre aplicação pelo gover-

no. Esses recursos, no passado, foram amplamente utilizados no pagamento dos juros da dívida, como ocorreu com os obtidos para projetos hidrelétricos.

A proposta da Bolsa de Valores de São Paulo ataca simultaneamente três frentes: a primeira é a conversão da dívida em capital de risco, o que deve ocorrer principalmente via mercado acionário por se tratar de operações transparentes e públicas. Nada seria resolvido, às escondidas, nos gabinetes ministeriais ou na sombra da burocracia. Isso permitiria, até mesmo, maior fiscalização dos órgãos hoje existentes, dos acionistas e da população. Essa conversão seria feita, de preferência, mediante a criação de empresas sob a forma de companhias de investimento, com a participação exclusiva de capitais estrangeiros. Para que tais operações possam ser realizadas no mercado acionário, urge cancelar a Carta-circular 1.125, que impede a conversão da dívida via cessão de

crédito. Pequenos credores do Brasil poderiam, até, utilizar-se desse mecanismo, através das empresas de investimento.

As outras duas frentes são a abertura para a privatização de empresas estatais, objetivo sempre obstruído pela tecnoburocracia que se beneficia do gigantismo do Estado ineficiente, e a maior participação dos empregados nas empresas que, para isso, abririam seu capital. Este é um fenômeno corriqueiro nos principais países industrializados, entre os quais estão a França e a Grã-Bretanha, cujos governos vêm desenvolvendo um trabalho extremamente bem-sucedido de privatização e pulverização das ações antes concentradas nas mãos do Estado, sem nenhuma justificativa econômica ou social.

As propostas da Bolsa de Valores de São Paulo aí estão. Não representam novidade e servem, apenas, para comprovar que, se houver decisão

política, a conversão de parte da dívida em capital poderá ser iniciada logo, permitindo um alívio anual de pelo menos 2 bilhões de dólares. Evidentemente, surgirão os inimigos de uma idéia tão simples, alguns levados por princípios ideológicos, que não atendem aos objetivos nacionais, e outros, por interesses particulares ou de grupos. O presidente Sarney recebeu bem a sugestão, pretende realmente abrir a economia nacional aos investimentos externos. Mas para alcançar essa meta, necessária e desejável, terá de enfrentar dura oposição dentro do PMDB, que irá, certamente, levantar os falsos argumentos do risco da desnacionalização e da ingerência do capital estrangeiro na economia nacional, baseando-se, como sempre, em argumentos emotivos ou em *slogans* do tipo "a Informática e nossa", que está afugentando os investimentos externos do Brasil e provocando a repatriação crescente de capitais atraídos a muito custo.